

Triângulo Mineiro e a construção da identidade regional de autonomia e modernidade

Ricardo Ferreira Ribeiro

Doutor em Agricultura e Sociedade pelo CPDA/UFRRJ e professor de Sociologia e Antropologia da PUC Minas

E-mail: ricrib@uai.com.br

Resumo

As elites do Triângulo aspiram uma identidade de “progresso”, própria dos seus vínculos com São Paulo, e, em variadas circunstâncias históricas, atendendo aos seus interesses econômicos e às possibilidades de barganha com o governo estadual na obtenção de benefícios, têm se colocado a opção de ser ou não mineira essa região.

Palavras-chave: Triângulo Mineiro. História. Identidade Regional.

Abstract

Triângulo’ elites search for a “progress” identity, which is related to its relation with São Paulo, and in several historical circumstances, in order to meet its economical interests and possibilities of exchanges with the state government for benefits attainment, this region has opted for (not)being mineira.

Keywords: Triângulo Mineiro. History. Regional Identity.

A elaboração da Constituição Federal, no final da década de 1980, após os anos de chumbo da Ditadura Militar, contribuiu para o surgimento de movimentos políticos em torno de diferentes propostas. Várias lideranças regionais do Triângulo Mineiro perceberam, naquele momento histórico, a oportunidade de resgatar uma antiga bandeira separatista, propondo a criação de mais uma unidade da federação. Embora a proposta não tenha alcançado êxito, por razões que não cabe aqui discutir, ela regularmente é recolocada em pauta por políticos da região, que ressaltam a sua importância econômica em confronto com o pequeno retorno que recebe em termos de benefícios públicos promovidos pelo Estado de Minas Gerais.

Nenhuma região mineira tem tamanho ímpeto separatista e, certamente, ela se rivaliza com movimentos semelhantes existentes em outros estados

brasileiros¹. De onde vem essa cultura emancipadora do Triângulo Mineiro? Esse artigo pretende responder a essa questão mostrando como se constituiu a sua identidade regional e como ela se modificou ao longo do seu processo histórico nos últimos três séculos. Busca-se discutir aqui também como essa cultura emancipadora e as mudanças de identidade estão assentadas tanto nas relações das elites locais com o governo estadual, como na construção de uma imagem da região calcada na idéia de progresso. O seu desenvolvimento esteve, em grande parte, mais associado, ao longo da sua trajetória, a outros estados, como São Paulo e Goiás, do que a Minas Gerais e, desta forma, ser ou não ser mineiro mostrou-se uma opção política colocada conforme as vantagens econômicas de cada momento.

Eduardo Nunes Guimarães aponta que os “*movimentos separatistas do Triângulo remontam a meados*

¹ Na região Norte, existe a proposta de criação de mais dois estados: Carajás e Tapajós, desmembrados do Pará, enquanto na região Nordeste, seriam implantados os estados do Maranhão do Sul, do Rio São Francisco (dividindo o Estado da Bahia) e do Gurguéia, com o desmembramento do Piauí. Já no Centro-Oeste, as propostas separatistas incluem a divisão do Mato Grosso, com a criação de mais dois estados: Mato Grosso do Norte e Araguaia.

do século XIX e representavam uma manifestação concreta do regionalismo, comandado pelas demandas das classes dominantes sob o efeito de períodos de crise”.² Ele destaca que a aspiração emancipadora prossegue no século seguinte e, já em 1906, ela se manifesta provocada por demandas de infra-estruturas social e econômica e pedidos de isenções de impostos. Em resposta, o governo estadual concedeu melhorias no ensino em Uberaba, indicou dois representantes dessa cidade para a Câmara Federal, criou uma agência bancária, trouxe de volta o Batalhão de Polícia do Estado e, no ano seguinte, autorizou a construção do ramal ferroviário de Araxá-Uberaba, que deveria ter um prolongamento do ramal até o rio Paranaíba, passando pelos municípios do Prata e Ituiutaba. Segundo o mesmo pesquisador, essas respostas positivas motivaram novas mobilizações na região: “em anos subseqüentes (1919, 1935, 1948, 1967, 1987) instalaram-se outros movimentos separatistas, tendo todos um desfecho parecido, as reivindicações regionalistas eram atendidas com ações concretas ou promessas e o movimento perdía o ímpeto”.³

As conflitivas relações entre a região e o governo de Minas são, no entanto, muito mais antigas, anteriores até à sua identidade como Triângulo, mineiro ou não, embora tivessem a mesma raiz ligada às vantagens econômicas e políticas desse pertencimento. Para uma melhor compreensão das questões aqui colocadas, faz-se necessário um breve resgate histórico dessa região, visando reconstruir as diferentes transformações nas suas identidades regionais.

As origens históricas

A região situada entre os rios Grande e Paranaíba, hoje conhecida como Triângulo Mineiro, já era percorrida por bandeiras paulistas no século XVII que se dirigiam para oeste e noroeste desta capitania em busca de índios cativos e outras possibilidades de formar cabedal. Partindo de São Paulo em direção ao norte, passando por São João de Atibaia e Camanducaia, contornando a Serra da Mantiqueira, alcançava-se à bacia do Rio Grande e daí podia-se dirigir para noroeste, descendo por esse rio até o Triângulo Mineiro e de lá para Goiás; ou atravessar

os vários rios dessa bacia (Sapucaí, Verde, Grande e das Mortes) em busca da região do Alto São Francisco e Rio das Velhas. O outro caminho, sempre se iniciando em São Paulo, partia na direção nordeste, para chegar ao Vale do Paraíba do Sul, passando por Taubaté e Guaratinguetá, que se constituíram em vilas já nos anos 1650, tomando aí a “Estrada Real do Sertão”, conforme expressão do Padre Vigário João Faria, em seu roteiro, transmitido por Bernardo Correia de Souza Coutinho, em 1694. Esse percurso atravessa a Mantiqueira pela Garganta do Embaú, alcançado as vertentes de vários rios da bacia do Rio Grande, se encontrando aí com o primeiro caminho e com as opções já apresentadas.

Os limites ocidentais das Minas Gerais avançaram com as próprias bandeiras exploradoras, a formação de fazendas de gado ou núcleos de mineração, ao longo do século XVIII, no entanto, mais para o interior, tinha-se uma outra frente de ocupação, com a descoberta de ouro em Goiás, no final do primeiro quartel daquele século. Assim, entre as duas áreas de colonização, havia uma grande área de Cerrado, a ser conquistada junto a índios e quilombolas, cuja resistência, naquela região, dificultava e, muitas vezes, fazia recuar as tentativas de avançar sobre seus territórios.

O descobrimento de ouro em Goiás foi realizado por antigos moradores de Pitangui, alguns fugidos dali pela repressão que se seguiu a motim de 1719. A Coroa, inicialmente, restringiu as vias de acesso às novas lavras do Brasil Central, por perceber o risco de prejuízos ao Tesouro Real. Já em 1725, o governador de Minas, D. Lourenço de Almeida, consultava seu monarca sobre a conveniência de “abrir um caminho pelo Pitangui para as Minas do Cuiabá”.⁴ Depois de ouvir as ponderações do governador de São Paulo, Sua Majestade ordenava, em 1727, que:

(...) suspendais a abertura do dito caminho das Minas Gerais para as do Cuiabá e vos recomendo mui eficazmente procureis atalhar a que por ele se vá das terras desse governo para as ditas minas de Cuiabá e das dos Guíazes e que só possam fazer os moradores que assistem no distrito dele por via de São Paulo e pelo novo caminho que mandou abrir o Governador daquela

² GUIMARÃES, Eduardo Nunes. A influência paulista na formação econômica e social Triângulo Mineiro. In: *XI Seminário sobre a Economia Mineira*, 2004, Diamantina. XI Seminário sobre a Economia Mineira. Belo Horizonte: CEDEPLAR, 2004, p. 15.

³ *Ibidem*, p. 16.

⁴ RAPM, 1979, p.226

*Capitania, porque sobre ser conveniente que não dê ocasião a que os paulistas se ressintam de que os de Minas Gerais vão desfrutar ouro que eles a custa de seu trabalho fizeram manifesto (...) será também útil evitar-se o descaminho que pode haver de que passem as pessoas que foram das Minas Gerais para as que novamente se descobriram no continente do governo de São Paulo levem muito ouro sem o quintarem, pois nele só se paga por bateias (...).*⁵

A adoção do sistema de capitação em Minas Gerais, em 1735, favoreceu a suspensão da proibição do acesso direto àquelas minas. No ano seguinte, segundo o historiador Waldemar de Almeida Barbosa, foram formadas três sociedades, que partindo de pontos diferentes obtiveram licenças para abertura de caminhos em direção a Goiás:

a) Picada de Goiás: saía de São João del Rei, atravessava o rio São Francisco, perto da barra do Bambuí e seguia pela Serra da Marcela, proximidades de Araxá, Patrocínio, Coromandel, Paracatu e, em seguida, chegava a Goiás. Aberta pelo Coronel Caetano Álvares e seus 25 sócios.

b) Caminho de Pitangui a Paracatu: passando pela Piraquara, aberto por Domingos de Brito e sócios.

c) Atalho do Caminho Velho de São Paulo: da encruzilhada (Cruzília) até o caminho novo dos Goiasés, realizado por iniciativa de moradores da Comarca do Rio das Mortes.⁶

O objetivo de tais sociedades era se beneficiar com o acesso àquela região mineradora, então em seu período áureo, através da obtenção de cartas de sesmaria, que permitissem aos seus empreendedores ali instalar suas roças e gados e, através daqueles caminhos, estabelecer comércio com Goiás. O historiador Carlos Magno Guimarães fez um levantamento das concessões de terra naquela região, contabilizando 42 cartas de sesmarias nos anos 1737-1738, todas elas fazendo referência à atividade pecuária.⁷

A criação de gado teve grande crescimento por toda aquela região e, no início do século XIX, o naturalista francês Auguste de Saint-Hilaire observa que, nos arredores de Araxá, a “multiplicação dos bois é de tal ordem que um fazendeiro que possuísse, por exemplo, um rebanho de cem cabeças e não desejasse aumentá-lo poderia vender todo ano cinquenta cabeças”.⁸ No mesmo período, o engenheiro de minas alemão Wilhelm Ludwig von Eschwege aponta vantagens naturais para a pecuária no sertão do Paranaíba, principalmente nos distritos de Araxá e Desemboque, bem como, e na região de Patrocínio e Farinha Podre:

*Nela se cria gado com mais intensidade do que em outras zonas. Os bois passam por ser os melhores e alcançam bons preços, o que pode resultar não só das boas pastagens, mas ainda pelo melhor trato que se dispensa aos animais, os quais, uma ou duas vezes por mês, são levados em manadas para as nascentes saliníferas (bebedouros) a cujas águas se atribui a boa condição das boiadas.*⁹

Para esses bebedouros, chamados por Eschwege de “instância hidromineral bovina”, até 1500 reses podiam ser levadas ao mesmo tempo. “O Barreiro é de propriedade pública. Num raio de 10 léguas, todos os fazendeiros da região levam até ali o seu gado, uma vez por mês, cada um tem seu dia certo, marcado pelo juiz”.¹⁰ Apesar desta preocupação em administrar o uso público desse recurso natural, não havia preocupações com sua preservação, pois o “grande número de que pisoteia sem cessar a terra ao redor faz com que porções dela caiam dentro d’água, formando assim uma lama espessa. E as pessoas mais velhas do lugar afirmam que algumas fontes já secaram”.¹¹

Este naturalista apresenta um quadro de grandes possibilidades econômicas para a região e aposta em um futuro promissor:

⁵ *Ibidem*, p. 246.

⁶ BARBOSA, Waldemar de Almeida. *A decadência das minas e a fuga da mineração*. Belo Horizonte: Centro de Estudo Mineiros, 1971.

⁷ GUIMARÃES, Carlos Magno. Agricultura e caminhos de Minas (1700/1750). *Revista do Departamento de História*. Belo Horizonte: FAFICH/UFMG, n° 4, 1987.

⁸ SAINT-HILAIRE, Auguste de. *Viagem às nascentes do rio São Francisco*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1975a, p. 130.

⁹ ESCHWEGE, Wilhelm Ludwig von. *Brasil, novo mundo*. Belo Horizonte: Centro de Estudos Históricos e Culturais. Fundação João Pinheiro, 1996, p. 104.

¹⁰ SAINT-HILAIRE, Auguste de. *Viagem às nascentes do rio São Francisco*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1975a, p. 131.

¹¹ *Ibidem*, p. 132.

As pastagens nas cercanias de Farinha Podre são tão boas que, apesar da prolongada seca que ainda se fazia sentir quando passei por lá, os campos queimados estavam cobertos por um espesso tapete verde e viçoso. Os colonos da região souberam tirar proveito dessa enorme vantagem. A criação de ovelhas, de porcos e principalmente de bois constitui sua principal ocupação, sendo que vários deles já possuem de 500 a 1.000 cabeças de gado (1819). Os negociantes de Formiga, que não é demasiadamente distante do arraial, costumam vir até ali para comprar bois e em seguida enviá-los à capital do Brasil. As terras da Farinha Podre são igualmente favoráveis à cultura do milho, da cana-de-açúcar, do feijão e do algodão, mas unicamente este último é exportado, devido à grande distância que separa o arraial das grandes cidades e do mar. Quando a região for menos despovoada, os moradores de outros lugares virão comprar ali os produtos que hoje encontram pouca saída, e tudo leva a crer que a fertilidade das terras de Farinha Podre lhe assegure no futuro uma grande prosperidade.¹²

O triângulo não quer ser mineiro

A Capitania de Goiás, em 1748, impulsionou uma disputa entre as autoridades civis e religiosas das duas capitanias pela definição de seus limites, cuja origem se verifica no interesse de vários de seus moradores em manterem a região distante da intervenção de ambos os governos. Uma carta Câmara de Tamanduá (Itapecirica), dirigida à Rainha D. Maria I, relatava, em 1793, toda a trajetória daquela região, em especial do Termo do Rio das Abelhas ou das Velhas (hoje Rio Araguari), na região do Triângulo Mineiro. Fundado por moradores vindos daquela vila, razão pela qual reivindicava a sua câmara, a incorporação desta área à Capitania de Minas Gerais, alegando prejuízos a Coroa, provocados por moradores, cujas qualidades morais e fidelidade àquela soberana, tornavam necessária a presença mais efetiva das autoridades:

Os homens foragidos, vagabundos, inimigos da paz, das republicas, cheyos de impetuosas mal averçaçoes

populares, em quererem faser pertencente á Capitania de Guayaz o antigo Rio das Abelhas hoje Rio das Velhas povoado, ou conquistado des de as heras de mil sete centos e trinta e sete, e mil sete centos e trinta e oito em diante por habitantes da dita Capitania, a fim de ficar servindo aquela povoação de quilombo, ou couto as asiduas hostilidades de violentas mortes, e roubos, e aos escadalozos extravios do oiro em pó e Diamantes que se transportão para todas as Capitanias adjacentes e iludirem como tem iludido o Real donativo das cem arroubas de Vossa Magestade sem atenção ás Leis positivas que a dirigem debaixo de levissimas penas.¹³

A abertura de ligações das Minas Gerais com as de Goiás, em 1736, como já foi apontado, deu novo impulso à colonização daquela região, contribuindo para a descoberta de ouro em Paracatu. Naquele mesmo ano, o guarda-mor Feliciano Cardoso de Camargos ia instalar em Goiás sua família, repetindo o que fizera com seu primo, ali refugiado devido a dívidas contraídas em Minas Gerais; ao abrir novo caminho de retorno, deram com ouro nas proximidades do Rio das Abelhas. Porém foram obrigados a se retirar devido ao ataque dos kayapó e mais adiante de quilombolas e “*sem esperança de algum humano socorro por entre espessas mattas e dezertas campanhas forão dar a Pitangui.*”¹⁴

Por várias décadas permaneceu aquela região sobre o controle de índios e quilombolas, embora não faltassem tentativas de conquista e a presença dispersa e, muitas vezes errante, de colonizadores. Com o objetivo de incluir os sertões do Pium-i, Rio das Abelhas e cabeceiras do São Francisco nos domínios da Diocese de Mariana, D. Manuel, seu primeiro bispo, enviou para lá, em 1752, o Dr. Marcos Freire de Carvalho com poderes de vigário de vara e provisor de novas igrejas. Este, interessado no ouro daquela região, conseguira seu cargo com o objetivo de se impor sobre os moradores ali existentes. Partindo de Pitangui com duzentos homens, foi violentamente atacado pelos quilombolas, perdendo vários companheiros; recuou, se dirigindo a Paracatu onde foi rechaçado pelo Padre Santiago, o amotinado de São Romão, que dominava extensa área, sem permitir a intromissão de outros sacerdotes. Por fim, estabeleceu-

¹² SAINT-HILAIRE, Auguste de. *Viagem à província de Goiás*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1975b, p.151.

¹³ RAPM, 1897, p. 372/373.

¹⁴ *Ibidem*, p. 378.

se em fazenda, nas cabeceiras do Rio Paranaíba, distante dez léguas de Paracatu.¹⁵ Só a partir de 1760, com as expedições movidas contra os quilombos daquela região, se abriu a possibilidade de sua colonização efetiva:

*Desinfestada a campanha de semelhante qualidade de inimigos, principiarão a entrarem algumas bandeiras particulares a buscarem oiros e afazendar-se pelas paragens mais uteis. Da Villa do Pitangui Thomaz de Aquino Caltassa, depois Manoel José Torres e Antonio da Silva Cordeiro. Do novo Termo [de Tamanduá] o Sargento Mor Manoel Alves Gondim presentemente Juiz de Orfaos, o Guarda mor Manoel Rodrigues Gondim e por guia (...) Agostinho Nunes de Abreu edificação o Arrayal do Rio das Abelhas (...).*¹⁶

Acompanhava ao sargento-mor, o seu irmão, Padre Gaspar Alves Gondim, vigário de Tamanduá, estando a nova localidade, dessa forma, subordinada àquela paróquia. O Dr. Marcos Freire de Carvalho interessado em estabelecer seu poder espiritual e em receber por seus serviços religiosos, no novo arraial e seus arredores auríferos, resolveu abrir uma picada, embora em desrespeito as ordens régias, dali até Vila Boa, com o objetivo de convencer a Prelazia de Goiás de seus direitos sobre aquele novo território. Como esta não estivesse ainda em pleno funcionamento, partiu para São Paulo, a fim de realizar a mesma missão com o bispo daquela diocese, recebendo deste a provisão de Vigário de São Pedro de Alcântara e Almas do Desemboque, embora já estivesse essa igreja filiada à outra paróquia, subordinada ao Bispo de Mariana. Iniciou-se, assim, uma disputa entre as duas dioceses em torno daquela área, onde o Dr. Marcos ameaçava de excomunhão os moradores que não prestassem obediência ao Bispo de São Paulo.¹⁷

Nessa tarefa de se impor naquela região, ele contava com o apoio de seu coadjutor, o “*Padre Félix José Soares por antonomazia o pequenino, espirito muito activo para os contrabando digo para os copiosos contrabandos.*”¹⁸ Esse já tinha exercido a mesma função em Santa Cruz, de onde fugira por crimes cometidos, refugiando-se com seu amigo, naquela região de indefinida sujeição não só

religiosa, como também política. Essa situação afligia, não apenas às autoridades da Igreja, como aos próprios governadores de São Paulo e Minas. Luís Diogo Lobo da Silva, desta capitania, enfrentado a dificuldade de cobrir as cem arrobas anuais de ouro, estabelecidas em substituição à capitação, procurou ampliar o seu controle ao sul do território de Minas. Realizou, em 1764, uma expedição a esta região, definindo melhor os limites com São Paulo, nomeando autoridades e estabelecendo postos fiscais em várias localidades.¹⁹

Temeroso dessa iniciativa alcançar o Arraial das Abelhas, o Padre Félix procurou dissimular suas atividades contrabandistas, embora, até aí não tivesse chegado a expedição do governador. Mas a derrama lançada por Luís Diogo Lobo da Silva ameaçava sua atuação, naquelas paragens, e o padre resolveu tomar providências com vistas a manter-se livre do raio de ação das autoridades desta capitania.

*Vendo o dito Padre dispostos os animos dos cento e vinte habitantes do Rio das Velhas se transportarão para a Capitania de Guayas e elle foi dar ao Excellentissimo Joam Manoel de Mello por novo descoberto o dito Arrayal o que emediatemente mandando despejar as justças e guardas que por minas se (...) principiava a formalisar estabeleceu hum julgado com hum comandante de Dragoens impossado se vio lentamente de que havia mais de vinte annos se havia descoberto por Minas com Portarias Competentes dos Excellentissimos Generaes.*²⁰

O Padre Félix tinha conseguido, em 1764, a provisão da cúria de Goiás para servir como pároco e vigário da vara da igreja do Rio das Abelhas, bem como, o reconhecimento do governo de Goiás. No entanto, alguns dos principais moradores deste arraial, incentivados pelo vigário de Tamanduá, ameaçado de perder seu poder ali, denunciaram o padre. Sendo instaurado inquérito contra ele, em Mariana, para onde foi levado preso por ordem do Vigário capitular, mas, conhecedor das leis, interpôs agravo por abuso à Coroa e foi libertado pelo Governador Luís Diogo. Tais fatos só fizeram aumentar a confiança

¹⁵ VASCONCELOS, Diogo. *História média de Minas Gerais*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1974.

¹⁶ RAPM, 1897, p. 379

¹⁷ VASCONCELOS, Diogo. *História média de Minas Gerais*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1974.

¹⁸ RAPM, 1897, p.379.

¹⁹ SOUZA, Laura de Mello e. *Norma e conflito: aspectos da história de Minas no século XVIII*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1999.

²⁰ RAPM, 1897, p. 379/380.

nele depositada pela cúria e o governo de Goiás, então, em demanda com a Capitania de Minas Gerais por aquele território.

Essas disputas se refletiam na região com a perseguição e violências cometidas pelo Comandante dos Dragões contra diversos moradores. Alguns deles, fiéis ao governo de Minas e ao vigário de Tamanduá, foram obrigados “*a desertar para conservar a vida.*”²¹ O Padre Félix foi novamente levado a Mariana, permanecendo preso por um ano, saindo da cadeia pelo mesmo recurso do agravo, em 1773. Menos de dois anos depois, teve confiscado um contrabando, incluindo 27 bestas, no Registro da Areia, mostrando o prosseguimento de suas atividades ilícitas.²²

A proibição do antigo caminho do Anhanguera desviou o trânsito para a picada aberta pelo Dr. Marcos, contribuindo para o florescimento do comércio do Arraial das Abelhas, transformado, mais tarde, em julgado, anexado à ouvidoria de Goiás. O Conde de Mossamedes, governador daquela capitania, em 1780, realizou a divisão dos julgados de Santa Cruz e do Rio das Abelhas, absorvendo este, territórios de Paracatu e São José, obrigando a retificação de seus antigos limites.²³ A criação do julgado, no entanto, não significou a presença da justiça na região, pois as distâncias e as disputas territoriais não viabilizavam sua ação.

*No referido Julgado por causa de políticas das Juridiçoens nam tem entrado [en]carregados algum tanto da Comarca de Sam Joam d'El-Rey de Villa Boa de Guayaz. Da Comarca de Sam Joam d'El-Rey dista secenta leguas e de Guayaz cento e oitenta e sete ou duzentas por estimativa e nunca entrará [en]carregados alguns por serem despovoados os seus vastos certoens e habitados de feras racionaes e irracionaes.*²⁴

As disputas entre autoridades e as condições naturais consideradas adversas dificultavam a ação da justiça, transformando a região em abrigo para os seus perseguidos, cuja ação se via livre de peias, multiplicando seus crimes. “*Para o mesmo canto se alvergão fugitivos*

da Prassa do Rio de Janeiro (...), além de inumeraveis das comarcas circumvizinhas de toda a Capitania.”²⁵

As riquezas da região atraíam para ali todo tipo de gente, entretanto, muitos não estavam interessados em ver aquela área “civilizar-se”, preferindo que continuasse como “sertão”, sem lei e sem impostos.

*Todo o oiro que extrahem pelo dito Julgado e Lavras adjacentes o transportão pelo Rio grande para Sam Paulo e por outros graves Ribeiros navegaveis que correm livremente por todos aquelles (...) longiquos e vastos certoens nam sujeitos a guarda alguma sosim ao gentio selvagem o que nam sucederia com tanta facilidade se se lhe pusessem Registros e a povoaçam se augmentasse por aquellas paragens no que totalmente adormessesse Guayas e os do Julgado sendo todo o seu forte empenho subir a este termo e entrar por minas e fasella certão por causa de seus preciosos thesouros.*²⁶

Com a descoberta de diamantes, por volta de 1770, nos vizinhos sertões do Abaeté e Indaiá, os contrabandistas encontraram maior facilidade de realizar seus descaminhos por essa via do que enfrentar as patrulhas e a fiscalização da mais bem aparelhada Capitania de Minas Gerais.

*O chamado quartel do Rio das Velhas mais serve para atrahir os cabedaes de minas para Guayas do que cohibir a transportação delles e por isso tanto se interessão do decantado Rio das Velhas ou das Abelhas e daquelle quartel. Presentemente hé o mais frequentado dos extravios de Diamantes, e outros a Ponte de Antonio Gonçalves nos Araxás sem se poder providenciar.*²⁷

Outra atividade praticada por moradores da região era a perseguição de escravos fugidos, remanescentes dos grandes quilombos, ali existentes, se constituindo em um lucrativo negócio, que, embora ilegal, contribuía para o aumento de seus cabedais:

²¹ *Ibidem*, p. 380.

²² VASCONCELOS, Diogo. *História média de Minas Gerais*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1974.

²³ *Ibidem*.

²⁴ RAPM, 1897, p. 382

²⁵ *Ibidem*, p. 380/381.

²⁶ *Ibidem*, p. 384.

²⁷ *Ibidem*, p. 384.

*O Grande numero de negros que se aquilombam pelas campanhas adjacentes aos quaes os assaltão prendem e matão e os prezos a pretexto de bem publico como beins do vento os arrematão por vinte trinta e ainda menos mil réis. Ainda que custando a seus donos mineiros e Lavradores a cento e oitenta e duzentos e mais mil réis, e talvez por pagarem a quem lhos venderão como trevialmente succede e com elles ficão.*²⁸

Nessa sucessão de atividades criminosas, se associaram aos índios aldeados ali, por Antônio Pires de Campos, na tentativa de liberar o caminho entre São Paulo e Goiás dos ataques dos kayapó.

Alem das indicadas extranhações fraudes e ty-rannias tem sublevados por muitas vezes os Indios manços Aldeados no lojamento dos confins a atacarem os habitantes e novos povoadores matando-os roubando os abraçando-lhes as Fazendas (...). [O] projecto de sublivação dos Indios fora dirigido pelos Abitantes do sobretido Julgado afim de despovoarem as conquistas e lhes ficar livre a Campanha (...).²⁹

O triângulo quer ser mineiro

Essa situação não permaneceu indefinidamente e, com o tempo, as autoridades de Goiás passaram a intervir na região: Luiz da Cunha Meneses, governador de Goiás de 1778 a 1783, mandou verificar os roubos e

*castigar com severidade exemplar não só aos cor-reyos dos referidos roubos e mais insultos mas ainda ao proprio que regia e comandava a dita Aldeya: porem os sublevantes que mereciam igual castigo ficaram sem elle e indimnizados para funestarem maiores calamidades.*³⁰

A impunidade provocada pela ausência de autoridade criou, ao longo do tempo, uma certa autonomia naquela região, distanciando-a do convívio “civilizado” de outras

paragens das Minas, principalmente, nas vilas mine-radoras:

*Os habitantes do Rio das Velhas ou das Abelhas sam e vivem desatados de todos os vinculos[,] as leis de obrigar entre elles nam tem força nas consciencias[,] nam tem remorsos e por consequencia nam tem fidelidade para com os Principes nem voto para as promessas[,] nem lealdade para os juramentos[,] nem amor para com as familias[,] nem para o trato civilidade e nem respeito para com Deos Nosso Senhor.*³¹

Saint-Hilaire ao visitar a região, em 1819, constatou essa situação a influenciar a todos os moradores, pois “*mesmo os homens que tinham a consciência limpa descambaram para o crime tão logo se viram longe de qualquer tipo de vigilância e à época em que a nova colônia começou a se formar os assassinatos se tornaram freqüentes.*”³² No entanto, como foi apresentado, a região possuía muitas riquezas naturais, mais significativas do que as próprias lavras aí encontradas, contribuindo para atrair novos fluxos de migrantes. Como observa Eschwege: “*As razões que levam tantos mineiros para aquelas paragens são: a fama que corre sobre a fertilidade das terras, as boas pastagens e, antes de tudo, o segredo em que se podia viver longe da justiça.*”³³

Este mineralogista alemão encontrou com um grupo de famílias em direção daquela região, pois assim reunidas podiam percorrer, com mais segurança, as longas distâncias despovoadas entre ela e região mine-radora: “*encontramos uma grande caravana de emi-grantes, que se dirigia para as regiões incultas de Araxá e Desemboque (...).*”³⁴ Esses novos moradores partiam com suas famílias, acomodadas em carros de boi, levando escravos, gado, animais de carga, cabras e cães de caça, usados para obtenção de carne fresca durante a extensa jornada:

²⁸ *Ibidem*, p. 381.

²⁹ *Ibidem*, p. 381.

³⁰ *Ibidem*, p. 381.

³¹ *Ibidem*, p. 381/382

³² SAINT-HILAIRE, Auguste de. *Viagem às nascentes do rio São Francisco*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1975a, p. 128. Luís d'Alincourt, que esteve na região em 1817, também observou um comportamento diferenciado de seus moradores: “Aqui têm-se refugiado muitos criminosos, e em geral este povo é de tal sorte desconfiado, que logo que se aproxima alguma comitiva, retira-se ao mato, e só de noite vem a espreitar o que se passa ali” ALINCOURT, Luís d'. *Memória sobre a viagem do porto de Santos à cidade de Cuiabá*. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2006, p. 52.

³³ ESCHWEGE, Wilhelm Ludwig von. *Brasil, novo mundo*. Belo Horizonte: Centro de Estudos Históricos e Culturais. Fundação João Pinheiro, 1996, p. 86.

³⁴ *Ibidem*, p.86.

*O grupo que encontrei na estrada vinha da terra natal nas proximidades de Congonhas do Campo (...). Havia abandonado as suas propriedades sem mesmo tentar vendê-las, pois, como me explicou o chefe, as terras estavam cansadas (as que perdem 50% da fertilidade). Estava mudando para fixar-se na divisa de Goiás, nos sertões do Paranaíba, distante 140 léguas do ponto de origem, terra que havia ocupado durante apenas um ano.*³⁵

O crescimento da população ia dando origem a novos núcleos como Araxá, situado um pouco mais ao norte do Julgado de Desemboque (antigo Rio das Velhas), logo transformado em paróquia, em 1794, pelo prelado de Goiás.³⁶ Não se tratava apenas de um incremento da população, mas a região ia se transformando, modificando sua economia e, certamente, o seu modo de vida. *“As comunicações mais fáceis e o considerável aumento da população tinham tornado mais difícil a impunidade.”*³⁷

A expansão da pecuária alterava os interesses da população referentes a qual capitania devia estar subordinada, pois já não se tratava mais de se esconder no Cerrado para contrabandear ouro e diamantes, mas de usar os seus pastos e águas minerais para criar gado e remeter ao Rio de Janeiro. Dessa forma, se explica

*um requerimento feito pelos habitantes dos dois julgados [Desemboque e Araxá], com vistas a se livrarem da pesada contribuição de 600 réis em cada uma cabeça de gado que exportavam, contribuição que só tinha lugar na Província de Goiás, e não oprimia o povo da de Minas Gerais.*³⁸

Nesse sentido, inversamente do reivindicado décadas antes, estar subordinado a esse governo significava se livrar de tributos, pois ao longo dos anos, Goiás foi estabelecendo e fazendo funcionar seus postos fiscais nos

limites com Minas Gerais.

Esse aspecto foi decisivo para requerer sua anexação ao território mineiro, obtida pelo Alvará de 4 de abril de 1816, muito mais do que a poderia significar aos homens de bem *“os inconvenientes de dependerem de uma província cujos magistrados ficavam distantes deles cerca de 140 léguas.”*³⁹ Eschwege informa sobre *“um homem abastado, que estava particularmente interessado em libertar-se da jurisdição de Goiás”*, despendendo, inclusive, uma certa *“soma suficiente para que custeasse o processo que intentara, nesse sentido, no Rio. As despesas não se resumiam apenas as custas do processo, mas ainda na perda de tempo e nos juros do capital investido no projeto.”*⁴⁰

Eschwege, em viagem pelo Sertão Mineiro, seis meses depois da edição daquele alvará, recebeu ordem do governador para que visitasse imediatamente os distritos de Araxá e Desemboque e definisse os limites entre Minas e Goiás. Em Araxá, foi recebido com honras de um libertador, pelos *“principais do clero e da magistratura”*, assim como pelo povo em geral: *“Era domingo e o lugar estava repleto de pessoas que desejavam transmitir-me a satisfação pela sua libertação do domínio goiano, como se tratasse de indivíduos que, por longo tempo, houvessem, sofrido o jugo estrangeiro e, finalmente, voltassem ao soberano de direito.”*⁴¹

A região e sua população, porém, não tinham mudando tanto, nem tão rapidamente, e o mineralogista alemão percebeu que sua presença incomodava a alguns moradores em Patrocínio:

Aquí, mais do que em Araxá, notei que os habitantes eram descontentes e desconfiados. A maioria mantinha-se à distância. Fiquei sabendo, então, que, dada a posição de isolamento do distrito, vários criminosos, bem como devedores da Real Fazenda, fugitivos de Minas Gerais, radicaram-se na zona. Temiam com a minha chegada, ser presos e punidos; no entanto, após

³⁵ *Ibidem*, p. 87.

³⁶ MATOS, Raimundo José da Cunha. *Corografia histórica da Província de Minas Gerais (1837) – Volume II*. Belo Horizonte: Arquivo Público Mineiro, 1981.

³⁷ SAINT-HILAIRE, Auguste de. *Viagem às nascentes do rio São Francisco*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1975a, p. 128.

³⁸ MATOS, Raimundo José da Cunha. *Corografia histórica da Província de Minas Gerais (1837) – Volume II*. Belo Horizonte: Arquivo Público Mineiro, 1981, p. 182.

³⁹ SAINT-HILAIRE, Auguste de. *Viagem às nascentes do rio São Francisco*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1975a, p. 128.

⁴⁰ ESCHWEGE, Wilhelm Ludwig von. *Brasil, novo mundo*. Belo Horizonte: Centro de Estudos Históricos e Culturais. Fundação João Pinheiro, 1996, p. 114/115.

⁴¹ *Ibidem*, p. 105.

*minha volta a Vila Rica, entreguei às autoridades um pedido a respeito, em atenção ao qual, por meio de uma procuração, garantiu o governador, àqueles habitantes do arraial, a posse pacífica de seus bens.*⁴²

“O Triângulo Mineiro vê a ‘Farinha Podre’ transformada por continuado progresso”

Incorporada a Minas Gerais, a região confirmou, ao longo do século XIX, as previsões de Saint-Hilaire sobre um futuro de grande prosperidade. José Joaquim da Silva, em seu *Tratado de Geografia descritiva especial da província de Minas Gerais*, datado de 1877, descreve assim a cidade de Uberaba, uma das principais da região:

A povoação é grande e tem bom pessoal; ali há, além das aulas de instrução primária para ambos os sexos, uma aula pública de latim e francês. O município é bastante rico, pois, além de fazendeiros importantes, tem muitos capitalistas. Seu terreno é fértil, suas matas abundam em madeiras de construção e seus campos são excelentes para a criação de gado.

O clima da Uberaba é saudável e benéfico. O seu comércio é importantíssimo, tanto de exportação como de importação.

*A sua lavoura também é próspera e rica, mas a principal é a da cana, sendo que também se cultivam com grande vantagem todos os mais gêneros da cultura mineira. A maior parte dos fazendeiros são quase todos criadores e exportam além dos gêneros da lavoura, muito gado vacum, cavalar, suíno e lanígero.*⁴³

As descrições das demais cidades da região não são muito diferentes, sempre destacando sua produção e exportação de gêneros advindos da agropecuária, mas Uberaba, se consolida por sua significativa importância mercantil, como observa Joaquim de Almeida Leite Moraes passando por ali para assumir a presidência de Goiás, em 1881: “*Uberaba é uma cidade comercial; levantada no centro da indústria pastoril e da agricultura, ela constitui-se a mola real de todo o movimento mercantil daqueles sertões (...)*”. Tal desen-

volvimento já impulsionava as propostas separatistas, no entanto, ele pondera que eram exageradas as suas pretensões de ser capital de uma nova província, a ser formada na região do Triângulo Mineiro, com o nome de Entre Rios:

*A cidade é extensa, suas casas sofríveis, suas ruas mal alinhadas e algumas mal calçadas, e se bem que seja a mais importante do sertão e esteja destinada a constituir-se capital de uma província, não corresponde todavia à brilhante nomeada que tanto a recomenda ao viajante como uma corte em miniatura.*⁴⁴

Além de se consolidar como um centro comercial, Uberaba também se torna uma referência nacional pela criação do gado zebu, que marca, até os dias atuais a sua identidade em todo o Brasil. A difusão de novas raças de bovinos representou uma grande transformação para a pecuária e toda a economia do Triângulo Mineiro, com o processo de importação de bovinos da Índia (*Bos taurus indicus*), que se iniciou ainda no século XIX, como aponta Orlando Valverde:

*A introdução de raças zebuínas no Brasil Central principiou em 1875, por iniciativa de fazendeiros do Triângulo Mineiro e do Sul de Goiás. Entre elas predominam, em ordem crescente de importância: o guzerá, o gir e o nelore. Ai, foi o gado selecionado (criando-se um tipo considerado por alguns como raça nova: o indubrasil ou induberaba), tornando-se muito superior ao gado da Índia, pois nesse país não há seleção, visto que os bovinos não têm valor comercial.*⁴⁵

Em poucas décadas, aquela região, em particular a cidade de Uberaba, tornou-se o centro irradiador do gado zebu para outras áreas de Minas e do Brasil. A introdução das raças zebuínas foi mais uma iniciativa dos grandes produtores daquela cidade e de outras regiões do que uma política pública voltada para o melhoramento do rebanho bovino. Ao contrário, como observa Orlando Valverde, a “*atitude dos fazendeiros triangulinos venceu a oposição acirrada de agrônomos e veterinários teóricos, espe-*

⁴² *Ibidem*, p. 114.

⁴³ SILVA, José Joaquim da. *Tratado de geografia descritiva especial da província de Minas Gerais*. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 1997, p. 102/103.

⁴⁴ MORAES, J. A. Leite. *Apontamentos de viagem*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995, p. 66.

⁴⁵ VALVERDE, Orlando. *Estudo de geografia agrária brasileira*. Petrópolis: Vozes, 1985.

cialmente do Ministério da Agricultura.”⁴⁶ A sua grande defesa do zebu está assentada na necessidade de incrementar a pecuária de corte para permitir a exportação de carne para a Europa, então assolada pela I Guerra Mundial. Os criadores do Triângulo buscavam uma raça bovina capaz de contribuir para o melhoramento do rebanho nacional, mas com possibilidade de se adaptar às condições naturais do Cerrado. Álvaro da Silveira destacava, em 1922, as vantagens da introdução dos bovinos da Índia: “*Os mestiços zebú criam-se mais facilmente em pastos de reconhecida pobreza em plantas forrageiras; a sua carne dá mais dinheiro, em igualdade de condições; o seu peso atinge proporções realmente colossais.*”⁴⁷

O desenvolvimento regional teria novo impulso, porém, com a chegada da ferrovia no final do século XIX. Partindo de São Paulo, a Estrada de Ferro Mogiana chegou a Ribeirão Preto em 1883, alcançando Uberaba, em 1889, Uberlândia, em 1895 e Araguari, em 1896, de onde se interligou a Estrada de Ferro de Goiás, em 1910. Mais três outras se somaram logo a seguir: em 1911, a Noroeste, ligando Bauru (SP) a Corumbá (MS); em 1929, a Paulista, permitindo o acesso direto de Uberaba a Barretos; e a chegada, em 1926, dos trilhos da Rede Mineira de Viação àquela região, possibilitando sua ligação com a capital do estado.⁴⁸

As transformações que se seguiram acabaram por alterar a identidade regional, como observa, em 1904, Antônio Sampaio Borges: “*Hoje, a vasta zona da ‘Farinha Podre’ denomina-se Triângulo Mineiro*”, uma referência a forma geográfica estabelecida pelo encontro dos rios Grande e Paranaíba. A troca de nomes foi promovida pelo Dr. Henrique Raimundo Des Genettes, fundador de importantes jornais da região como *O Paranaíba*, em 1874, e o *Eco do Sertão*, no ano seguinte, quando promoveu uma campanha pela sua anexão a São Paulo. A idéia enfrentou a oposição de alguns chefes políticos locais, mas recebeu expressivo número de adeptos e só não foi adiante porque o seu idelizador abandonou-a,

devido a morte da esposa, e tornou-se padre em Goiás.

Mais dos que uma simples troca de designações⁴⁹ ou de subordinação política, expressava as transformações pelas quais a região passava, deixando para o esquecimento o seu passado sertanejo:

da geração presente poucos fazem referencia á antiga [denominação]: só d'ella se lembra ainda um ou outro habitante que, como eu aprecie recordações antiquadas.

Em todo caso, o Triangulo Mineiro vê a ‘Farinha Podre’ transformada por continuado progresso.

*Não é mais Sertão. A Estrada de Ferro Mogiana, a cargo de uma empresa laboriosa e honrada, o atravessa desde Jáguara até Araguay, Antigo Brejo alegre, com um percurso de 266 Kilometros, 14 estações e brevemente ella transporá o rio Paranahyba para Catalão. Diversas de rodagem e muitas pontes dão transito activo entre seus diversos povoados, bem como para importação e exportação, commutando suas cousas com os Municipios e Estados visinhos. A linha telegraphica da União o atravessa desde a margem direita do Rio Grande, á margem esquerda do Paranahyba, em distancia de cerca de 400 Kilometros, pondo em relação imediata com Goyaz e Cuiabá no centro, e com todo o mundo civilisado pelo litoral, alem do serviço que presta ao publico o telegrapho da Companhia Mogiana.*⁵⁰

A chegada da ferrovia transformou a região em “centro de comercialização e distribuição, realizando a intermediação entre São Paulo, Minas Gerais, Goiás e Mato Grosso.”⁵¹ O Triângulo se beneficiava da industrialização e do crescimento populacional vivido por São Paulo no início do século passado, bem como, de problemas climáticos (secas e fortes geadas), enfrentados pela sua agricultura em alguns anos daquele período. Tais circunstâncias contribuíram para impulsionar a produção agropecuária regional, bem como, para colocar o Triângulo como pólo de transações comerciais e

⁴⁶ *Ibidem*, p. 205.

⁴⁷ SILVEIRA, Álvaro da. *Memórias chorographicas – vol 2*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1922, p. 427.

⁴⁸ MARTINS, Humberto E. de Paula. Formação e desenvolvimento sócio-econômico do Triângulo Mineiro. *Varia História*. Belo Horizonte: FAFICH/UFMG, n° 19, 1998.

⁴⁹ O jornalista Antônio Sampaio Borges aponta que a nova denominação surgiu em meio à polêmica entre os jornais de Uberaba e o *Jaguara* de Sacramento. Os próprios nomes dos periódicos daquela cidade refletem essa mudança: o primeiro chamava-se o *Panarahyba*, substituído pelo significativo *Echo de Sertão*, que, por sua vez, cedeu lugar ao *Uberabense* e, por fim, em 1887, surgiu um jornal de grande formato, o *Triangulo Mineiro*.

⁵⁰ BORGES, Antonio Sampaio, Triângulo Mineiro. *Revista do Arquivo Público Mineiro*, fasc. III e IV, ano X, 1905, p. 823/824.

⁵¹ MARTINS, Humberto E. de Paula. Formação e desenvolvimento sócio-econômico do Triângulo Mineiro. *Varia História*. Belo Horizonte: FAFICH/UFMG, n° 19, 1998, p. 170.

beneficiamento de produtos de outras partes de Minas e da Região Centro-Oeste. Esse processo se refletiu no crescimento urbano e no início da industrialização das cidades colocadas no percurso da Mogiana (Uberaba, Uberlândia e Araguari).

Uma vasta área da região foi sendo integrada às ferrovias através de uma malha rodoviária, juntamente com rotas fluviais, que possibilitavam o transporte de mercadorias e passageiros. A instalação, em 1912, Companhia Mineira de Autoviação Intermunicipal – CMAVI, com sede em Uberlândia, viabilizou mais de 4000 quilômetros de estrada de rodagem. Esse fato alterou a importância relativa das cidades no contexto regional, contribuindo para que essa cidade gradativamente assumisse a liderança na atividade comercial:

*A transferência da hegemonia comercial de Uberaba para Uberlândia foi se dando conforme o transporte rodoviário se desenvolvia e se tornava predominante nas relações comerciais. Uberaba possuía uma estratégia comercial dirigida pela lógica do transporte ferroviário, enquanto Uberlândia se voltava para o transporte rodoviário.*⁵²

A nova posição de Uberlândia no cenário regional também contribuiu para a mudança da sua identidade, que igualmente se expressa na opção pelo nome que possui hoje. Essa cidade chamava-se, até então, Uberabinha, desde que havia se tornado distrito de Uberaba em 1852.⁵³ A publicação *Município de Uberabinha – história, administração, finanças, economia*, datada de 1922, revela a preferência por essa designação original:

*O povo de Uberabinha ama esse nome, que é o da sua terra. Quando, em 1915, entre os dois periódicos locais – O Progresso e O Brasil – corria a polemica da mudança do velho nome no de Uberlândia ou outro que mais bem soasse, o povo chamado ao referendun, com voto quasi unanime, optou que Uberabinha ficasse sendo Uberabinha mesmo.*⁵⁴

Como explicar, então, que, sete anos mais tarde, o nome da cidade é mudado para Uberlândia? Para um município em franco crescimento, ser designado por um diminutivo parece representar simbolicamente um freio ao seu crescimento, em especial, quando ele se refere ao seu principal rival na região. Tornava-se inadmissível ser uma pequena Uberaba e, ao mesmo tempo, com a troca de nomes, se livrava de uma origem indígena para assumir uma referência com etimologia mais “civilizada” e ao mesmo tempo “clássica”.⁵⁵ O novo nome expressa bem a sua vocação agrícola que define sua identidade até os dias de hoje, pois Uberlândia significa terra fértil. Expressa também a idéia de fertilidade econômica, uma vocação para o desenvolvimento, que marca o espírito da cidade e da região, com nítida associação com a imagem de “progresso”, que São Paulo construiu em torno de si.

Vinculada economicamente a esse estado, a cidade, que polariza a região, se identifica com as aspirações paulistas de desenvolvimento e se sente por demais distante de Minas e do seu centro de decisões políticas para a ela se vincular. A sua identidade com São Paulo, no entanto, não cria aspirações de integração e subordinação política, porque já criou asas e julga-se suficientemente desenvolvida para ter independência e constituir o Estado do Triângulo. Entre a mineiridade barganhada e o abandono das imagens de um passado sertanejo, a região vai construindo suas identidades de autonomia e modernidade.

Referências

ALINCOURT, Luís d'. *Memória sobre a viagem do porto de Santos à cidade de Cuiabá*. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2006.

BARBOSA, Waldemar de Almeida. *A decadência das minas e a fuga da mineração*. Belo Horizonte: Centro de Estudo Mineiros, 1971.

BORGES, Antonio Sampaio, Triângulo Mineiro. *Revista do*

⁵² *Ibidem*, p. 173.

⁵³ COSTA, José Ribeiro. *Toponímia de Minas Gerais com estudo histórico da divisão territorial e administrativa*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1970.

⁵⁴ ESTADO DE MINAS GERAES. *Município de Uberabinha – história, administração, finanças, economia*. s/1: Estado de Minas Gerais, 1922, p. 29.

⁵⁵ O nome Uberaba vem do rio que passa por aquela cidade: *y-beraba*, a água brilhante, clara, transparente, cristalina, enquanto Uberlândia é a junção de *uber* do latim, fértil, com *lândia*, do alemão, terra (Costa, *op. cit.*).

- Arquivo Público Mineiro*, fasc. III e IV, ano X, 1905.
- COSTA, José Ribeiro. *Toponímia de Minas Gerais com estudo histórico da divisão territorial e administrativa*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1970.
- ESCHWEGE, Wilhelm Ludwig von. *Brasil, novo mundo*. Belo Horizonte: Centro de Estudos Históricos e Culturais. Fundação João Pinheiro, 1996.
- ESTADO DE MINAS GERAES. *Município de Uberabinha – história, administração, finanças, economia*. s/l: Estado de Minas Geraes, 1922.
- GUIMARÃES, Carlos Magno. Agricultura e caminhos de Minas (1700/1750). *Revista do Departamento de História*. Belo Horizonte: FAFICH/UFMG, nº 4, 1987.
- GUIMARÃES, Eduardo Nunes. A influência paulista na formação econômica e social Triângulo Mineiro. In: *XI Seminário sobre a Economia Mineira*, 2004, Diamantina. XI Seminário sobre a Economia Mineira. Belo Horizonte: CEDEPLAR, 2004.
- MARTINS, Humberto E. de Paula. Formação e desenvolvimento sócio-econômico do Triângulo Mineiro. *Varia História*. Belo Horizonte: FAFICH/UFMG, nº 19, 1998.
- MATOS, Raimundo José da Cunha. *Corografia histórica da Província de Minas Gerais (1837) – Volume II*. Belo Horizonte: Arquivo Público Mineiro, 1981.
- MENDONÇA, José. *História de Uberaba*. Uberaba: Academia de Letras do Triângulo Mineiro, 1974.
- MORAES, J. A. Leite. *Apontamentos de viagem*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- RAPM – Revista do Arquivo Público Mineiro. Carta da Camara de Tamanduá á Maria 1ª a cerca de limites de Minas-Gerais com Goyaz. *Revista do Arquivo Público Mineiro*, Ouro Preto: Imprensa Oficial, ano II, 1897.
- RAPM – Revista do Arquivo Público Mineiro. Registro de Alvarás, Ordens Régias e Cartas do Governador ao Rei (1721-1731). *Revista do Arquivo Público Mineiro*, Belo Horizonte: Arquivo Público Mineiro, ano XXX, 1979.
- SAINT-HILAIRE, Auguste de. *Viagem às nascentes do rio São Francisco*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1975a.
- _____. *Viagem à província de Goiás*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1975b.
- SILVA, José Joaquim da. *Tratado de geografia descritiva especial da província de Minas Gerais*. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 1997.
- SILVEIRA, Álvaro da. *Memorias chorographicas – vol 2*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1922.
- SOUZA, Laura de Mello e. *Norma e conflito: aspectos da história de Minas no século XVIII*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1999.
- VALVERDE, Orlando. *Estudo de geografia agrária brasileira*. Petrópolis: Vozes, 1985.
- VASCONCELOS, Diogo. *História média de Minas Gerais*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1974.